

Mercados

informação de negócios



Timor-Leste

Oportunidades e Dificuldades do Mercado

Janeiro 2017



aicep Portugal Global

Índice

1. Enquadramento Geral	3
1.1. Introdução	3
1.2. A Economia de Timor-Leste	4
1.3. Reforma Económica e Fiscal	6
1.4. Cooperação Económica Multilateral	7
1.5. Relacionamento Bilateral com Portugal	8
2. Oportunidades	8
2.1. Fundo de Infraestruturas	9
2.2. RAEOA & ZEESM	19
2.3. O Projeto Tasi Mane	21
2.4. Comércio	23
2.5. Investimento de Portugal em Timor-Leste	31
2.6. Turismo	35
2.7. Defesa	35
2.8. Formação e Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano	36
2.9. Saúde	37
2.10. Habitação	37
3. Dificuldades	37
3.1. Infraestruturas	37
3.2. Comércio	40
3.3. Investimento de Portugal em Timor-Leste	41
3.4. Defesa	42
4. Cultura de Negócios	42

1. Enquadramento Geral

1.1. Introdução

Independente há 14 anos, Timor-Leste mostra sinais claros de querer atrair investimento e apostar no seu desenvolvimento económico. O país tem vivido em clima de paz e estabilidade política sustentada desde 2008, e a transição pacífica de Governo, em fevereiro 2015, revela maturidade democrática, existindo vontade do Governo em concentrar-se em ações que visam desenvolver o tecido económico, a educação e aumentar a capacidade produtiva do país.

O orçamento de Estado depende em larga medida dos proveitos da prospeção e exploração de hidrocarbonetos no mar de Timor, tendo para o efeito constituído há vários anos um fundo soberano cuja gestão criteriosa tem sido reconhecida internacionalmente. A outra exportação relevante é o café, produto considerado como o principal recurso do país depois do petróleo.

Com cerca de 1,2 milhões de habitantes, vivendo essencialmente da agricultura e de uma economia de subsistência, Timor-Leste enfrenta desafios significativos na reconstrução das suas instituições e infraestruturas. A conjugação de um conjunto de fatores, tais como a existência de uma população jovem com grande potencial de desenvolvimento (70% tem menos de 30 anos de idade), um Fundo Petrolífero (Fundo Soberano) e a maturidade já revelada pelo Governo e pelas suas instituições, bem como as reformas em curso, permitem antever um forte potencial para se dar início a um renovado ciclo de desenvolvimento cujo efeito se deverá traduzir numa maior capacidade de atração de investimento internacional. Através da criação de um quadro legal e regulatório produzido segundo matrizes de acentuada influência portuguesa, incluindo a utilização da língua lusa em toda a legislação estruturante (é uma das línguas oficiais deste país), a que acresce a quase inexistência de riscos cambiais (o dólar norte americano é a moeda oficial) e também o facto de não existirem restrições à livre exportação de capitais, Timor-Leste torna o seu ambiente de negócios singular e de elevado potencial.

Em termos de facilidade de fazer negócios, dados do *Doing Business 2017*, do Banco Mundial, classificam Timor-Leste em 175º dos 190 países considerados. Os aspetos mais negativos apontados são relativos à ausência do registo formal de propriedade (não existe ainda, por exemplo, uma conservatória do registo predial); à dificuldade do sistema judicial na resolução de litígios comerciais; à obtenção de crédito e de licenças de construção; a que acrescem, em todos os setores, elevados níveis de burocracia.

Em relação à transparência, Timor-Leste aparece no 101º lugar dos 176 países considerados, segundo o *Corruption Perceptions Index 2016*, mas o Governo de Timor-Leste tem tomado algumas medidas para combater a corrupção, como é o caso da criação em 2010 da Comissão Anticorrupção (CAC).

Em termos de competitividade, dados do *Global Competitiveness Index 2014/15* classificam Timor-Leste em 136º dos 144 países. Este índice avalia diversos pilares, tais como, as instituições, as infraestruturas, a estabilidade macroeconómica, a saúde e educação primária, a educação superior e a preparação tecnológica.

1.2. A Economia de Timor-Leste

As taxas de crescimento económico têm revelado uma solidez consistente. Segundo o Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD), o crescimento económico em Timor-Leste deverá ter acelerado em 2016 para 5% (valor revisto em alta em meio ponto percentual, em relação à previsão anterior, devido ao aumento de investimento de capital que deverá ter ocorrido após a aprovação do Orçamento de Estado retificativo) e continuará a acelerar em 2017 para 5,5% (valor que se manteve inalterado face a previsão anterior), devido ao aumento dos investimentos públicos e privados, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED). No entanto, a previsão do excedente da balança corrente para 2017 é menor, refletindo um provável declínio nas receitas do petróleo e um maior *deficit* no comércio de bens e serviços. De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a médio prazo as perspetivas de crescimento económico em Timor-Leste dependerão da capacidade do Estado diversificar a economia e assegurar uma "posição fiscal sustentável", com investimentos em infraestruturas de elevado retorno. Previsões do BAsD indicam que a taxa de inflação deverá ter atingido 1,2% em 2016, e prevê que seja de 3,0% em 2017.

O PED prevê a aplicação das receitas petrolíferas no estímulo ao desenvolvimento das áreas económicas não-petrolíferas e tornar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos até 2030, baseando esta estratégia em três pilares estruturantes: capital social (educação e formação, saúde, inclusão social, ambiente, cultura e património), desenvolvimento de infraestruturas (estradas e pontes, água e saneamento, eletricidade, portos marítimos, aeroportos e telecomunicações) e desenvolvimento económico (desenvolvimento rural, agricultura, petróleo, turismo e investimento do setor privado).

De acordo com dados do Banco de Portugal, o produto interno bruto (PIB) não petrolífero registou um crescimento entre 2012 e 2015, de 1 270 milhões de USD para 1 617 milhões de USD (+27%). No entanto, dados do FMI indicam que o PIB *per capita* registou um decréscimo de 5 673 USD para 2 244 USD (-60%), no mesmo período.

Timor-Leste importa grande parte dos produtos que consome e o setor privado revela-se diminuto e incipiente. Em 2014, segundo dados do ITC (*International Trade Centre*), a importação de mercadorias cifrou-se em cerca de 663 milhões de USD. As principais atividades desenvolvidas pelo setor privado incluem o comércio interno, a construção civil, o imobiliário, o alojamento e a restauração, os transportes terrestres e a segurança privada. As atividades mais estruturadas incluem a banca, as telecomunicações e os transportes aéreos.

O Governo não tem poupado esforços para melhorar as infraestruturas básicas do país, tendo construído e reabilitado estradas, aeroportos, e dispondo já a maior parte do território de acesso à rede de energia elétrica e de telecomunicações. Uma importante percentagem dos concursos públicos para a construção ou reabilitação de infraestruturas tem sido apoiada pelo Banco Asiático de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial. O Governo também tem estado a trabalhar num grande projeto de infraestruturas no setor do petróleo e do gás ao longo da costa sul (projeto Tasi Mane) e criou a Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA), bem como as Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Oé-Cusse e Ataúro (ZEESM). Informação mais detalhada será dada no ponto relativo às oportunidades de negócio.

Para atrair o investimento, e assim desenvolver a economia do país, o Governo oferece incentivos, incluindo isenções fiscais (imposto sobre rendimento, imposto sobre vendas, imposto sobre serviços) e isenção de direitos aduaneiros, durante 5, 8 ou 10 anos, dependendo da localização do investimento, através da obtenção do Certificado do Investidor. As condições, a documentação necessária e os procedimentos para investir e obter o Certificado de Investidor estão descritos na Lei do Investimento, Lei N.º 14 /2011 de 28 de setembro, que neste momento se encontra em revisão por parte do Governo. Entre outros aspetos, prevê-se que o pacote de incentivos ao investimento passe para a Lei Tributária, que também se encontra em revisão. A TradInvest Timor-Leste, agência de investimento e promoção da exportação, é a agência governamental que funciona como “serviço de janela única” para o investidor.

Apesar de não haver leis ou práticas no país que pretendam proibir ou limitar o investimento estrangeiro, pela Constituição, só os cidadãos timorenses podem ser titulares de propriedade de terras. Contudo, o artigo 14º da Lei do Investimento estabelece que aos cidadãos estrangeiros pode ser concedido o direito à propriedade privada para fins de desenvolvimento de projetos de investimento ou reinvestimento, sujeito aos limites previstos pela Constituição e na legislação sobre terras e sociedades comerciais, em relação ao qual há a possibilidade de contrato de propriedade do Estado pelo máximo de 50 anos (renovável por igual período uma única vez).

Em junho de 2013, com o apoio do IFC (*International Finance Corporation*), do Banco Mundial, o Governo criou o SERVE (Serviço de Registo e Verificação Empresarial) como um “serviço de janela

única” para o registo de empresas. Inicialmente eram necessários 118 dias para concluir o processo, sendo agora necessários apenas 5 dias. Atualmente, este serviço tem a duração de 1 dia, apenas para o registo de empresários em nome individual e de empresas unipessoais.

Para negócios com riscos menos elevados, as autorizações para exercício de atividades são pedidas junto do SERVE, que trabalha em estreita colaboração com os ministérios relevantes para o efeito, tais como o Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente, o Ministério das Finanças e o Ministério da Justiça. A obtenção de uma autorização para exercício de atividades leva entre 1 a 5 dias. Para empreendimentos cujos riscos sejam mais elevados, as respetivas licenças são emitidas pelo Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente.

1.3. Reforma Económica e Fiscal

O Governo tem estado a trabalhar num conjunto de reformas económicas e fiscais, que incluem novas leis no investimento privado, exportações, sociedades comerciais, regime sancionatório e tributação. As autoridades timorenses têm referido em diversos fóruns a possibilidade de implementação do imposto sobre valor acrescentado (IVA), mas no esboço da nova lei tributária o IVA não aparece, mantendo-se o imposto de transações. Em Conselho de Ministros já foram aprovadas as Propostas de Lei das Terras e Propriedades, da Expropriação, do Ordenamento do Território, de Promoção das Exportações, do Regime Geral de Contra Ordenações, das Sociedades Comerciais e, recentemente, a Proposta de Lei da Arbitragem, Mediação e Conciliação, esta última baseada nos melhores modelos de arbitragem internacionais e pretende ser um instrumento para criar meios alternativos de resolução de litígios comerciais e aumentar a rapidez na resolução de conflitos, dando assim maior confiança aos investidores. A Lei do Investimento está a ser revista e um dos objetivos é a harmonização com os regimes legais praticados nos países da ASEAN. O Governo também tem estado a trabalhar na Lei da Falência e Insolvência e na Lei da Concorrência.

Em 2016, a TradelInvest Timor-Leste foi reorganizada e reforçada e o Governo encontra-se a trabalhar na melhoria do SERVE, designadamente, através da simplificação de procedimentos para licenciamento de negócios.

O Conselho de Ministros aprovou também em 2016 a Proposta de Lei do Código Mineiro. Este diploma regula as atividades mineiras não petrolíferas e estabelece o regime jurídico da emissão de autorizações para atividades mineiras no país, incluindo procedimentos administrativos para concessão de licenças e autorizações.

A reforma fiscal que Timor-Leste tem em curso pretende aumentar a receita doméstica, proveniente dos impostos não petrolíferos e criar um ambiente mais propício aos negócios e ao investimento para, desta forma, alcançar a necessária sustentabilidade fiscal e económica.

A Lei Tributária, Lei n.º 8/2008 de 30 de junho, está atualmente a ser revista e será apresentada brevemente ao Conselho de Ministros. Com a nova lei, o Governo pretende proporcionar um enquadramento jurídico que permita o desenvolvimento e um sistema fiscal simples, coerente e competitivo, segundo as normas internacionais e as melhores práticas.

O Código de Processo Tributário, também em preparação, estabelece as regras, os procedimentos e os prazos para a Administração Tributária proceder à coleta e administrar todos os impostos (Imposto sobre rendimento, Imposto Especial sobre o Consumo, etc.).

Também o projetado Código do Procedimento Aduaneiro (CPA) oferece um enquadramento jurídico que permita o desenvolvimento da administração aduaneira de acordo com as normas internacionais e as melhores práticas. O Governo pretende facilitar o comércio e aliviar o congestionamento, reduzir os atrasos e criar a transparência que os importadores necessitam. Por outro lado, pretende simplificar a burocracia no processamento administrativo pelas autoridades de importações e exportações, através da criação de um sistema de “janela única” que reduza o tempo médio necessário para cumprir todo o procedimento administrativo dos atuais nove dias para entre 12 a 36 horas em 2020. Este sistema de “janela única” irá, principalmente facilitar o comércio com os países da região, nomeadamente da ASEAN e com os países da CPLP.

1.4. Cooperação Económica Multilateral

Timor-Leste é membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde maio de 2002, e em março de 2011 apresentou a sua candidatura de adesão à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Para além de outros aspetos, o Governo vê o fortalecimento destes laços como uma forma de estimular o investimento no país. Timor-Leste também visa a cooperação económica trilateral com a Indonésia e Austrália para impulsionar o investimento transfronteiriço. Timor-Leste pretende ainda ser plataforma económica entre os países da CPLP e os países da Ásia-Pacífico.

No final de fevereiro de 2016, o Governo de Timor-Leste, no âmbito da Presidência da CPLP, organizou o 1º Fórum Económico Global da CPLP, que contou com mais de 400 empresários, e permitiu o estabelecimento de contactos e a divulgação de oportunidades de negócio e de investimento. Já no início de junho de 2016, o país organizou a 1ª Conferência Internacional de Investimento de Timor-Leste, que contou com cerca de 100 participantes, iniciativa que pretendeu dar a conhecer o potencial de Timor-Leste a investidores em várias áreas como petróleo e gás, exploração

mineira, pedreiras, construção civil, café e agricultura, turismo, transporte e logística, entre outras. A realização destes eventos é um sinal claro da abertura do país ao investimento estrangeiro.

1.5. Relacionamento Bilateral com Portugal

Portugal e Timor-Leste têm um Acordo-Quadro de Cooperação desde o dia da independência de Timor-Leste, 20 de maio de 2002, e desde então a cooperação bilateral intensificou-se, nomeadamente na área empresarial. Os fluxos de exportação e de importação têm crescido, mas ainda estão aquém das potencialidades.

Em 2015, o saldo da balança comercial de bens e serviços foi favorável a Portugal, com um excedente de 16 milhões de euros. As exportações para Timor-Leste cifraram-se em 22 milhões de euros e as importações em 6,3 milhões de euros. No comércio de bens, exportaram-se sobretudo metais comuns, produtos alimentares e máquinas e aparelhos, tendo-se importado produtos agrícolas, designadamente café. No ano de 2015, as exportações de bens cresceram 44,4% comparativamente a 2014, passando de 7 milhões de euros para 10,1 milhões de euros.

As exportações de serviços para Timor-Leste já ultrapassam o valor das exportações de bens, com um crescimento de 19,8% entre 2011 e 2015, totalizando 11,9 milhões de euros. Em 2015, as importações de serviços ascenderam a 4,6 milhões de euros.

Portugal e Timor-Leste têm ainda um [Acordo de Promoção e Proteção Recíprocas de Investimentos](#) que entrou em vigor em 7 de abril de 2004, e a [Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento](#) aguarda a publicação do respetivo Aviso de entrada em vigor.

2. Oportunidades

Como o país está a apostar nas infraestruturas e, como foi referido anteriormente, o crescimento económico de Timor-Leste assenta sobretudo no investimento público previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED), seguidamente são apresentadas as oportunidades com base na informação recolhida no Orçamento Geral do Estado para 2017, relativamente ao Fundo de Infraestruturas.

Este documento também dá especial atenção aos projetos previstos para a Região Administrativa Especial Oé-Cusse Ambeno (RAEOA) e Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Timor-Leste (ZEESM TL), onde já estão diversas empresas portuguesas, sobretudo na área da fiscalização

de obras e projeto.

Como o Petróleo e Gás são o pilar fundamental da economia timorense, são apresentadas as oportunidades que o projeto “Tasi Mane” (costa sul) pode oferecer às empresas portuguesas.

Atendendo às necessidades de importação de Timor-Leste nos mais diversos setores, são também abordadas oportunidades para as empresas portuguesas no ponto relativo ao comércio.

Por último, são abordadas oportunidades de investimento para as empresas portuguesas e noutras áreas.

2.1. Fundo de Infraestruturas

O objetivo principal do Fundo de Infraestruturas (FI) é apoiar projetos estratégicos que visem a continuação do crescimento da economia de Timor-Leste. O FI é o principal instrumento governamental, tendo sido criado em 2011, para facilitar o desenvolvimento de infraestruturas e providenciar fontes de financiamento para estradas, pontes, aeroportos, portos marítimos, fornecimento de eletricidade, abastecimento de água, educação, saúde, turismo e outros projetos de grande dimensão com orçamentos superiores a 1 milhão de dólares e impactos significativos no país.

Agricultura e Pescas

Perspetiva-se o desenho detalhado e estudos para construção de cerca de uma dezena de sistemas de irrigação, construção e fiscalização.

Também se prevê a construção e fiscalização do porto pesqueiro de Metinaro, que está neste momento a ser projetado.

Para 2017, está prevista uma alocação orçamental do FI para projetos nesta área de 3,15 milhões de USD, e perspectiva-se a alocação de 14,28 milhões de USD em 2018, de 45,54 milhões de USD em 2019, de 32,84 milhões de USD em 2020 e de 16,27 milhões de USD em 2021.

Água e Saneamento

Em Díli, no que diz respeito ao abastecimento de água, há cerca de 95% de perdas físicas e comerciais, ou seja, existe apenas cerca de 5% de receitas geradas. O Governo tem estado elaborar o Plano Diretor de Abastecimento de Água à Zona Metropolitana de Díli, cuja população atual ronda os 250 mil habitantes e prevê-se um forte crescimento demográfico, o qual se debruça sobre questões

técnicas ligadas à criação de infraestruturas no setor e do modelo organizacional, legislativo e regulamentar. Também tem estado em curso um Estudo de Viabilidade de Parceria Público-Privada (PPP) para o Abastecimento de Água de Díli, estudo este que irá apresentar o modelo de PPP que poderá vir a ser adotado. Em Díli, apenas cerca de 40% da população se encontra ligada à rede de abastecimento de água, e uma percentagem menor do que este valor tem contador de água.

O FI tem atualmente 3 projetos em curso, incluindo o Sistema de Abastecimento de Água de Díli (potencialmente a ser implementado através da modalidade de PPP). Há dois projetos ainda por financiar e estão a ser preparados documentos para o projeto de “Construção e fiscalização de instalações de água e saneamento” (projeto a nível nacional) e para o projeto de “Abastecimento de água em 10 municípios” (projeto em modalidade de PPP).

O Orçamento Geral do Estado prevê atribuir em 2017 para a totalidade dos projetos do FI para a Água e Saneamento o valor de 5,7 milhões de USD. Perspetiva-se que haja a atribuição de 20 milhões de USD em 2018, de 45,26 milhões de USD em 2019, de 57,48 milhões de USD em 2020 e de 26,1 milhões de USD em 2021.

De forma desagregada, a rubrica Construção e Fiscalização de Esgotos e Plano Mestre de Drenagem e Saneamento de Díli prevê ter uma alocação orçamental de 3,5 milhões de USD em 2018, 5,5 milhões de USD em 2019, 8,78 milhões de USD em 2020 e 7,5 milhões de USD em 2021.

Em relação ao Fornecimento de Água em Díli em regime de PPP, o Orçamento Geral do Estado prevê atribuir em 2017 o valor de 200 mil USD, que se destina ao pagamento do consultor atual. Contudo, perspetiva-se a alocação de 1 milhão de USD em 2018, de 5 milhões de USD em 2019, de 10 milhões de USD em 2020 e de 1,6 milhões de USD em 2021.

No caso do Fornecimento de Água em 10 municípios em regime de PPP, prevê-se a alocação orçamental de 1,5 milhões de USD em 2018, de 3,66 milhões de USD em 2019, de 2,7 milhões de USD em 2020 e de 1,5 milhões de USD em 2021.

Para o Estudo, Desenho e Construção da Linha de Distribuição de Água Potável nas Zonas 2-9 em Díli e Suai perspetiva-se uma alocação orçamental de 2 milhões de USD em 2018, de 6,59 milhões de USD em 2019, de 10 milhões de USD em 2020 e de 3,5 milhões de USD em 2021.

Em relação à construção do sistema de drenagem em Díli, que deverá ser construído com fundos chineses, o Orçamento Geral do Estado tem prevista para 2017 a atribuição de 5 milhões de USD e perspetiva-se a alocação de 4 milhões de USD em 2018, de 10,5 milhões de USD em 2019, de 7 milhões de USD em 2020 e de 5,5 milhões de USD em 2021. No entanto, esta rubrica destina-se ao

downpayment que o Governo de Timor-Leste acordou para segurar o empréstimo e desta forma não deverá constituir uma oportunidade para as empresas portuguesas

No que diz respeito à Reabilitação da Drenagem de Díli, prevê-se a alocação orçamental de 3 milhões de USD em 2018, de 6,5 milhões de USD em 2019 e de 4 milhões de USD em 2020.

O Governo de Timor-Leste está preocupado com o abastecimento de água a Díli, e poderá vir a construir duas barragens: uma em Gleno, com ligação a uma segunda barragem, na ribeira de Comoro. Entre o projeto e a construção das barragens poderão passar 10 anos. Entretanto, o Governo poderá ter que recorrer a uma solução intermédia, enquanto não se constroem as barragens, que poderá passar pela dessalinização de água, por exemplo, através de unidades móveis. Para o Estudo e construção da barragem para a retenção de água, está prevista uma alocação orçamental para 2017 de 500 mil USD, e perspectiva-se a atribuição de 5 milhões de USD em 2018, de 7,5 milhões de USD em 2019, de 15 milhões de USD em 2020 e de 6,5 milhões de USD em 2021.

Programa de Desenvolvimento Urbano e Rural

Desde 2011 tem sido desenvolvido o sistema de informações LiDAR para mapeamento e planeamento e os planos espaciais para a zona sul (Suai, Same e Viqueque).

Neste momento, encontram-se em curso 2 projetos, nomeadamente a segunda fase do projeto LiDAR e o planeamento espacial nacional. Existem 8 projetos ainda não financiados, que incluem o plano espacial para zonas altas (abrangendo Ainaro, Ermera, Aileu e Bobonaro) e o plano espacial para a zona norte (abrangendo Manatuto, Baucau, Lospalos, Liquiçá e Díli).

Para 2017, está prevista uma alocação orçamental do FI para projetos nesta área de 5 milhões de USD, e perspectiva-se a afetação de 18,18 milhões de USD em 2018, de 3,58 milhões de USD em 2019 e de 0,95 milhões de USD em 2020. A maioria dos recursos financeiros previstos nesta rubrica irão ser canalizados para o projeto LiDAR.

O melhoramento da gestão de resíduos sólidos urbanos não tem cabimentação orçamental para os próximos anos.

Edifícios Públicos

A Carteira do FI inclui 36 projetos, sendo que desde 2011 foram já concluídos 6 (Ministério da Solidariedade Social, Comissão Nacional de Eleições, Ministério da Justiça, fases I e II dos Mercados

de Taibesi e Manleuana, fase III do Mercado de Manleuana e projeto de execução da área de repouso em Loes, Liquiçá).

Encontram-se 11 projetos em curso, incluindo o Edifício do Parlamento Nacional, a Comissão da Função Pública (CFP), a Comissão Anticorrupção (CAC), o Edifício de Investigação Criminal e o Tribunal (STJ, TSAFC, CSM) e o Banco Comercial. Existem 7 projetos que ainda não arrancaram, que têm fundos disponíveis. Por fim, existem 11 edifícios públicos que requerem fontes de financiamento. A alocação orçamental do FI para o Programa de Edifícios Públicos em 2017 é de cerca de 8 milhões de USD, e prevê-se a alocação de 42,80 milhões de USD em 2018, de 88,52 milhões de USD em 2019, de 67,95 milhões de USD em 2020 e de 13,67 milhões de USD em 2021.

Programa de Juventude e Desporto

O Programa de Juventude e Desporto foi separado do Programa de Edifícios Públicos em 2014 e incide na construção de estádios nacionais para os principais eventos desportivos a realizar em recintos cobertos e descobertos.

O Programa inclui a construção de estádios em quatro municípios, um Estádio Nacional (descoberto) e instalações desportivas multiusos.

Atualmente há 5 projetos por iniciar e 6 projetos em curso. O Estádio Nacional (descoberto) terá capacidade para 45 000 espetadores, um campo de futebol de acordo com os padrões internacionais e uma pista de atletismo. Está prevista a construção e fiscalização de 4 estádios de futebol em Baucau, Maliana, Manufahi e Ermera.

A alocação do FI para o Programa de Juventude e Desporto, em 2017, é de cerca de 3 milhões de USD, e deverá ser de 12,76 milhões de USD em 2018, de 7,19 milhões de USD em 2019 e, aproximadamente, de 3 milhões de USD em 2020.

Programa de Educação

O Programa é composto por 19 projetos, dos quais 3 já foram concluídos (Construção de Escola de Referência em Oé-Cusse Ambeno, Construção de Nova Casa Kobe da UNTL e Plano Geral para o Campus da UNTL em Hera).

A Carteira do FI tem 5 projetos em curso, nomeadamente a construção de Escolas de Referência em Baucau, Maliana, Same, Manatuto e Ermera. Existem 11 projetos que têm projetos de execução concluídos mas para os quais não há financiamento disponível para construção em 2017: Edifício de Agricultura, Edifício de Engenharia e setor 1 do Campus da UNTL; Escolas Politécnicas no Suai, Same

e Lospalos; Academia de Pescas em Manatuto; e Escolas e Referência em Lospalos, Liquiçá, Aileu e Suai.

A alocação orçamental do FI para estes projetos incluídos no Programa de Educação em 2017 é de 2,42 milhões de USD e está previsto que sejam alocados 17,55 milhões de USD em 2018, 35 milhões de USD em 2019, 33,66 milhões de USD em 2020 e 9,51 milhões de USD em 2021.

Programa Informática

A velocidade em termos de ligação e transferência de dados da atual tecnologia de comunicações em Timor-Leste é ainda inferior à de países como a Indonésia, a Austrália ou outros países na região do Pacífico.

Existem 3 projetos de informática subordinados a este Programa, visando assegurar que Timor-Leste ofereça a capacidade e a qualidade que serão exigidas por potenciais investidores nos setores social, comercial e industrial do país.

A alocação orçamental do FI para projetos incluídos no Programa de Informática em 2017 é de 1 milhão de USD e prevê-se a alocação de 21 milhões de USD em 2018, de 37,5 milhões de USD em 2019 e de 9,5 milhões de USD em 2020.

Eletricidade

Atualmente cerca de 75% a 80% da população de Timor-Leste usufrui da rede elétrica. Em 2016, foram produzidos 410 021 MWh o que representou um custo de 64,2 milhões de USD, e deste valor o Governo conseguiu cobrar 28,8 milhões de USD, o que apesar de ser uma melhoria face a anos anteriores, representa ainda uma perda de receita de 35,4 milhões de USD por ano. Esta perda de receita pode dever-se, entre outros aspetos, a ligações clandestinas ou informais, problemas ligados à medição (contadores que não cumprem as normas, leituras mal feitas, contadores avariados ou destruídos), problemas de faturação (base de dados de clientes incompleta e imprecisa, a manutenção do sistema de faturação ainda é muito reduzida, devido à indisponibilidade de peritos no campo das tecnologias da informação; relutância dos clientes em fazer pagamentos relativo ao consumo de energia elétrica, porque assumem que a faturação é imprecisa ou incoerente com o seu consumo) e perdas por transmissão e distribuição.

O Programa do FI tem 111 projetos em curso e 132 novos projetos a nível de torres e cabos de distribuição de média e baixa tensão no território continental de Timor-Leste. Os outros trabalhos por concluir incluem os sistemas de controlo de centrais, a melhoria da iluminação de rua e a construção de alojamento para funcionários de manutenção e operação nos municípios. O orçamento para este

Programa em 2017 é de 13,39 milhões de USD e perspectiva-se a alocação de 101,65 milhões de USD em 2018, de 48,79 milhões de USD em 2019, de 21,50 milhões de USD em 2020 e de 5,75 milhões de USD em 2021. A principal fatia destes investimentos vai para a Reabilitação das Linhas de Média Voltagem-Distribuição.

O Governo está a avaliar o modelo a aplicar no futuro à gestão do setor da eletricidade, que poderá passar por uma eventual PPP ou outro modelo, por exemplo, através de uma empresa pública. Atualmente, a Eletricidade de Timor Leste (EDTL) é um departamento ministerial que presta mais serviços de carácter administrativo, e que ainda não está estruturada e orientada para prestar serviços com fins lucrativos. O Governo está a planear reestruturar a EDTL para a tornar numa empresa pública.

Programa de Saúde

Este Programa incide no apoio a nível de infraestruturas ao setor da saúde em Timor-Leste. O desenvolvimento de infraestruturas requer alargamentos e melhorias a nível do Hospital Nacional Guido Valadares, dos hospitais de referência e das clínicas e centros de saúde nos municípios e submunicípios. Foram concluídos dois projetos de saúde: o Hospital de Referência de Baucau e a reabilitação do antigo edifício do Palácio das Cinzas, em Díli.

Na Carteira do FI existem 4 projetos prontos para construção: 1) Unidade de cuidados cardíacos intensivos no Hospital Nacional Guido Valadares (UCCI no HNGV); 2) Reabilitação e construção do antigo edifício do Hospital Dr. António Carvalho, UCCI e SAMES; 3) Projeto do edifício pediátrico no Hospital Nacional Guido Valadares; e 4) Projeto com carácter de emergência para o alargamento do Hospital Nacional Guido Valadares.

A alocação orçamental do FI para projetos sob o Programa de Saúde em 2017 é de 2 milhões de USD, e está prevista a alocação de 5,2 milhões de USD em 2018, de 8,85 milhões de USD em 2019, de 10,30 milhões de USD em 2020 e de 2,55 milhões de USD em 2021.

Programa de Defesa e Segurança

Existem 6 projetos em curso: 1) Construção de postos das F-FDTL em Ataúro; 2-3) Centro de treino das F-FDTL em Metinaro; 4) Serviços de canalização em Tilomar; 5) Projeto de execução para o novo Campus do Instituto da Defesa Nacional; e 6) Desenho do novo edifício do Ministério da Defesa. Há 1 projeto pendente devido a questões relacionadas com terrenos.

A alocação orçamental do FI para projetos incluídos no Programa de Segurança e Defesa em 2017 é de 3,83 milhões de USD, e perspetiva-se a alocação de 14,32 milhões de USD em 2018, de 22,63 milhões de USD em 2019, de 15,9 milhões de USD em 2020 e de 1,5 milhões de USD em 2021.

Programa de Tasi Mane

O Programa de Tasi Mane visa desenvolver a área da costa sul, a qual contém uma grande variedade de recursos naturais. O objetivo é apoiar o desenvolvimento, criar novos empregos, melhorar as condições de vida da população, gerar diversas indústrias, estimular a economia e atrair investimento. Tal como previsto no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED), o foco do desenvolvimento económico na costa sul será a indústria do petróleo e do gás, uma vez que o setor petrolífero é a principal fonte de receitas do Estado timorense.

O Programa do FI tem 5 projetos em curso: 1) Autoestrada entre Suai, Betano e Beaço, de cerca de 152 km (neste momento, está a ser construído o primeiro de 4 troços, o troço Suai – Fatucaí /Mola, de cerca de 34 km); 2) Abastecimento de água em Dato Rua To Tolu; 3) Desenho, construção e fiscalização da Base Logística de Suai (que deverá ser sujeito a novo concurso público); 4) Petroquímica de Betano; 5) Estudo detalhado de Beaço. Foi concluído um projeto: Estudo ambiental da costa sul para o Programa de Tasi Mane; e está um projeto por financiar: Plano urbano da área de Suai.

A alocação orçamental do FI para projetos sob o Programa de Tasi Mane em 2017 é de 49 milhões de USD, prevê-se uma alocação de 224,23 milhões de USD para 2018, de 242,94 milhões de USD para 2019, de 165,87 milhões de USD para 2020 e de 317,85 milhões de USD para 2021. Seguidamente, é feita a desagregação das alocações orçamentais dos dois principais projetos desta rubrica.

A Construção e Fiscalização relativamente a Estradas e Pontes – Autoestrada Suai-Betano-Beaço tem previsto alocação orçamental de 35 milhões de USD para 2017, e perspetiva-se 93,72 milhões de USD para 2018, 45,27 milhões de USD para 2019, 75 milhões de USD para 2020 e 158 milhões de USD para 2021.

A Conceção, Construção e Fiscalização para o Desenvolvimento de Infraestruturas na Costa Sul em Suai - Base de Fornecimentos tem prevista uma alocação orçamental de 14 milhões de USD para 2017, e estão previstos 129 milhões de USD para 2018, 195,47 milhões de USD para 2019, 88,87 milhões de USD para 2020 e 158,54 milhões de USD para 2021.

Programa de Estradas

A situação atual do Programa é a seguinte: 240 projetos rodoviários em curso, 7 por começar e 6 ainda por financiar. O Programa Estradas para o Desenvolvimento (R4D), iniciado em 2012, abrange 46 projetos rurais.

A alocação orçamental do FI para projetos incluídos no Programa de Estradas em 2017 é de 84,93 milhões de USD, e perspectiva-se a alocação de 254,79 milhões de USD para 2018, de 156,03 milhões de USD para 2019, de 66,87 milhões de USD para 2020 e de 14,79 milhões de USD para 2021.

Programa de Pontes

Na carteira do FI existem 26 projetos de pontes, incluindo 12 projetos concluídos em anos anteriores (ponte Daudere, ponte Belulik, Bukoli, ponte Bazartete, ponte no cruzamento de Laclubar e Manehat, Comoro I e II, reabilitação das pontes de Loes e Aisa e outros). Existem ainda 7 projetos em curso - Dilor, Taroman, Baer, Lawana em Ermera, construção da ponte I/II (ponte suspensa), Comoro III e Mauchiga em Ainaro - e 7 projetos de pontes ainda não iniciados.

A alocação orçamental do FI para projetos incluídos no Programa de Pontes em 2017 é de 2,8 milhões de USD, e prevê-se a alocação de 9,21 milhões de USD para 2018, de 10,18 milhões de USD para 2019, de 12,91 milhões de USD para 2020 e de 1,35 milhões de USD para 2021.

Programa de Aeroportos

Os aeroportos e as deslocações aéreas de e para Timor-Leste são essenciais para o desenvolvimento de empresas e do turismo. Todavia, o país não possui aeroportos adequados aos padrões internacionais estabelecidos pela Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO). Os serviços internos de aviação estão limitados a pequenos aviões de asa fixa e helicópteros, sendo que os aeroportos existentes são inadequados para receber aeronaves maiores e um maior volume de entradas e saídas de aeronaves.

Desde a criação do FI, o Programa de Aeroportos conta com 7 projetos, englobando a melhoria e alargamento do Aeroporto Internacional Nicolau Lobato em Díli e de aeroportos regionais, como em Maliana, Baucau, Suai, e Oé-Cusse Ambeno. Destes, a reabilitação dos aeroportos de Díli, Suai e Oé-Cusse Ambeno encontra-se em fase de implementação dos trabalhos de construção civil.

A alocação orçamental do FI para projetos sob o Programa de Aeroportos em 2017 é de 16,38 milhões de USD, e está prevista a alocação de 34,54 milhões de USD em 2018, de 43,6 milhões de USD em 2019, de 65,75 milhões de USD em 2020 e de 52,5 milhões de USD em 2021.

Dos projetos destaca-se a conceção, construção e fiscalização para o Desenvolvimento do Aeroporto de Díli, em relação ao qual a alocação orçamental para 2017 será de 0,5 milhões de USD, perspetivando-se a alocação de 15 milhões de USD em 2018, de 32,95 milhões de USD em 2019, de 42,95 milhões de USD em 2020 e de 37,5 milhões de USD em 2021.

Programa de Portos

Os programas a curto prazo do FI incidirão nos projetos seguintes:

- Desenvolvimento do Porto de Suai;
- Reabilitação do Porto de Díli;
- Melhoria das instalações de portos regionais em Com, Ataúro, Oé-Cusse Ambeno e Vemasse;
- Construção do Porto da Baía de Tibar (contrato assinado em 2016 com a empresa francesa Bolloré Consortium);
- Reabilitação do Porto de Hera.

Existem 6 projetos incluídos no Programa de Desenvolvimento de Portos do FI, destes, 2 foram já concluídos: 1) Reabilitação do Porto de Díli desde 2013; e 2) Porto da Componente Naval das Forças de Defesa de Timor-Leste, em Hera. Existem 3 novos projetos de desenvolvimento de infraestruturas por financiar relativamente ao Porto de Díli. O projeto referente ao Porto da Baía de Tibar está a ser conduzido em regime de PPP e encontra-se na fase mais avançada do ciclo do projeto.

A alocação orçamental do FI para projetos incluídos no Programa de Portos em 2017 é de 2 milhões de USD, e perspetiva-se a alocação de 30,92 milhões de USD em 2018, de 31,25 milhões de USD em 2019, de 13,25 milhões de USD em 2020 e de 2,5 milhões de USD em 2021. A principal fatia desta alocação orçamental destina-se à construção do Porto da Baía de Tíbar.

Preparação de Desenhos e Fiscalização - Novos Projetos

Este programa foi estabelecido em 2013 para facilitar a preparação e fiscalização de projetos de grande dimensão, em situações cujos orçamentos ministeriais sejam insuficientes para aprovisionar estes serviços.

Existem 36 projetos subordinados a este Programa, sendo que 14 foram já concluídos, incluindo a preparação do Conceito, Estudo de Viabilidade e Projeto de Execução para alguns projetos de infraestruturas para o Programa de Edifícios Públicos. Existem ainda 14 projetos em curso (projeto de execução em elaboração) e 1 projeto como pacote de PPP (saúde e eletricidade). A alocação orçamental total para o Programa de Preparação de Desenhos e Prestação de Serviços de

Fiscalização em 2017 é de 2,6 milhões de USD e prevê-se a alocação de 4 milhões de USD em 2018, de 5,5 milhões de USD em 2019, de 4,5 milhões de USD em 2020 e de 3,5 milhões de USD em 2021.

Manutenção e Reabilitação

Com o intuito de manter em boas condições as infraestruturas atuais, como sejam infraestruturas rodoviárias e de abastecimento de água, foi proposto por parte do Governo um Programa de Manutenção e Reabilitação durante a revisão orçamental em 2016. Atualmente, existem 15 projetos de manutenção para o setor da água, 9 projetos para o setor das estradas e 72 projetos de reabilitação e manutenção relativos a estradas rurais.

A alocação orçamental do FI para projetos incluídos neste Programa em 2017 é de 9,58 milhões de USD, dos quais 3,7 milhões de USD destinam-se à manutenção e reabilitação de água e saneamento, e está prevista a alocação de 4,37 milhões de USD em 2018.

Programa de Empréstimos Externos

Ao longo dos últimos anos, o Governo de Timor-Leste adotou uma política de recurso a empréstimos em condições favoráveis para apoiar o financiamento de projetos de infraestruturas importantes. Uma parte significativa dos concursos públicos para a construção ou reabilitação de infraestruturas tem sido lançado e apoiado pelo Banco Asiático de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial. A China e também o Japão têm concedido alguns empréstimos para este efeito.

Existem vários projetos com potencial para serem financiados através de empréstimos e que se encontram atualmente em fase de preparação (desenho e estudo e viabilidade) ou em fase de negociação com vista à assinatura dos acordos de empréstimo. Estes projetos incluem:

- Autoestrada da Costa Sul (troços ainda não construídos, no total de cerca de 120 km);
- Estrada entre Aituto, Hatubuilico, Letefoho e Gleno (cerca de 80 a 90 km);
- Desenvolvimento/ Ampliação do Aeroporto Internacional de Díli;
- Estrada Nacional entre Baucau e Viqueque (cerca de 60 km);
- Base Logística de Suai (a possibilidade do Governo de Timor-Leste recorrer a financiamento externo para a construção desta infraestrutura só poderá ser ponderada após a tomada de decisão do Tribunal de Recurso quanto ao contrato que foi assinado com a Hyundai).

A União Europeia, no âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), atribuiu uma subvenção de 20,5 milhões de Euros (a fundo perdido) que estão a ser geridos pelo BAsD e o Governo de Timor-Leste, para desenvolvimento de 44 km de estradas, divididos em 2 troços designados por C13 (Ermera

- Fatubesi) e C16/17 [Aipelo (Basartuto-Liquiça)] – Tokululi (Railaco-Ermera)] passando por Basertete. Por sua vez, o troço C16/17 está dividido em 2 pacotes: Aipelo-Basartete e Basartete-Tokululi, o troço C13 e o pacote 1 de C16/17 já foram postos a concurso em finais de agosto de 2016, e o restante será, espera-se, posto a concurso em fevereiro de 2017.

2.2. RAEOA – Região Administrativa Especial Oé-Cusse Ambeno e ZEESM TL – Zonas Especiais de Economia Social de Mercado de Timor-Leste

Em janeiro de 2015, foi formalizada a criação do Fundo Especial de Desenvolvimento, que se destina a financiar a implementação de um conjunto de projetos na Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno (RAEOA), que foi estabelecida como uma Zona Especial de Economia Social de Mercado de Timor-Leste em conjunto com a ilha de Ataúro, esta última apenas como um polo complementar. Os fundos destinam-se a projetos estratégicos plurianuais de caráter social e económico, incluindo infraestruturas rodoviárias, portos e aeroportos, instalações de água e saneamento, redes de distribuição energética e de telecomunicações, bem como hospitais e outras infraestruturas sociais.

Oé-Cusse Ambeno

A Região Administrativa Especial de Oé-Cusse Ambeno, onde já se encontram algumas empresas portuguesas a operar, sobretudo na fiscalização de obras, mas também nas áreas de projeto e construção civil, entre outras, pode continuar a apresentar boas oportunidades para empresas portuguesas.

Estão em curso ou em fase de conclusão vários projetos, tais como: a construção do aeroporto internacional de Oé-Cusse, que permitirá aterragens noturnas (perspetiva-se que fique pronto em outubro de 2018), a rede rodoviária principal, nomeadamente a estrada urbana de Pante Makassar e a estrada de Sakato a Lifau, um navio ferry de passageiros e mercadorias que facilitará as ligações entre Oé-Cusse Ambeno e Díli, o Hotel Ambeno, uma rede de irrigação, uma clínica médica, a Ponte Noefefan sobre o rio Tono que vai ligar Pante Makassar a Passabe, um jardim e parque desportivo, o Edifício Administrativo da RAEOA, o Centro de Informação Turística e Cultural, a iluminação pública, a reabilitação e construção novas escolas e um complexo residencial. A central elétrica de Sakato, com capacidade de produção de 20 MW, encontra-se já concluída, e, neste momento, estão em curso as infraestruturas do abastecimento de água em Pante Makassar, que será objeto de ampliação consoante o desenvolvimento previsto para a região. Em termos de saneamento, ainda não estão elaborados os planos e, conseqüentemente, a região carece de infraestruturas a este nível.

A alocação orçamental de 2017 destinada às RAEOA – ZEESM TL é de 122,9 milhões de USD, dos quais 50% se destina a dar continuidade aos projetos de 2015 a 2017, tais como: a Estrada Lifau-Citrana e a Estrada Tono-Oesilo, o Estúdio de Televisão e o Complexo Habitacional Comunitário. O

orçamento da RAEOA - ZEESM TL para 2017 também inclui a verba destinada aos projetos a serem executados na ilha de Ataúro e a continuação da construção do projeto do Aeroporto Internacional de Oé-Cusse.

Para a rubrica estudo, desenho, construção, e fiscalização da Estrada de Lifau a Citrana, de 40 Km, está prevista uma alocação orçamental para 2017 de 24 milhões de USD. Perspetiva-se a construção de 11 pontes, com forte recurso à metalomecânica.

Para o estudo, desenho, construção, e fiscalização da Estrada de Tono a Oesilo, de 20 Km, está prevista uma alocação orçamental, para 2017, de 18 milhões de USD.

O estudo e desenho do Edifício da Rádio Televisão RAEOA têm previsto para 2017 uma alocação de 600 mil USD.

O projeto integrado de levantamento de dados para construção de complexo habitacional comunitário incluindo desenho, fiscalização e construção de 200 habitações, um centro de saúde, uma escola, uma zona comercial e uma zona de lazer tem prevista uma alocação orçamental para 2017 de 5,77 milhões de USD.

Para os projetos a serem executados na ilha de Ataúro está prevista uma alocação orçamental de 10 milhões de USD.

Para 2017 estão ainda previstos 1,95 milhões de USD para a reabilitação de edifícios públicos, por exemplo, escolas.

No futuro, em termos de infraestruturas públicas, perspetiva-se a construção no Oé-cusse de um porto comercial, um porto de pesca, um estaleiro naval, uma marina, a construção de estradas regionais, a continuação de realização de infraestruturas de água e a construção de infraestruturas de saneamento básico, a reabilitação e construção de novas escolas, o mercado Numbey, o posto integrado de Oesilo, a reabilitação das instalações da Direção Regional de Justiça, o plano de ordenamento do território de Oé-Cusse Ambeno, a produção de energia com base em fontes renováveis, a construção de parque recreativo, entre outros projetos.

A região carece de serviços na área da restauração e de hotelaria, mas está a tentar criar as condições para fixar populações e desenvolver o turismo, sobretudo um turismo rural de base comunitária. Dispõe de bonitas praias e bons locais para mergulho, dado que possui um fundo do mar rico em corais e peixes coloridos, e também tem boas condições para desenvolver o turismo de montanha. Antes da conclusão do aeroporto internacional de Oé-Cusse, a região pretende atribuir licenças para a

construção e reabilitação de pequenos hotéis, mas após a conclusão do aeroporto poderá atribuir mais licenças para construção de hotéis e outros empreendimentos.

A ZEESM TL pretende atrair investimento, não só para o desenvolvimento do Turismo, mas também para que na região sejam desenvolvidas pequenas indústrias de pesca, de têxtil-lar, vestuário e calçado, criação de gado, com vista ao mercado interno e à exportação para a Indonésia; produção de produtos biológicos, produção de arroz biológico (membrano) e arroz “sushi”; também quer desenvolver aquacultura, destinada não só ao mercado interno, mas também à exportação (tem mercado garantido em Singapura, nomeadamente para camarão e lagosta, entre outros). Também pretende que na região seja desenvolvida a habitação comunitária e o setor imobiliário. Existem ainda outros projetos, que o setor privado pode desenvolver no futuro, tais como, escritórios, zonas comerciais, agroindústria, aparthotéis, hotéis-resort, etc..

Dada a necessidade de formação de recursos humanos, a ZEESM TL pretende abrir um Instituto Politécnico, sobretudo para as áreas da construção civil, agricultura e pesca, que será o ponto de partida para a posterior criação da universidade, e tem estado a trabalhar na criação de um Instituto Vocacional de Hospitalidade e Turismo.

Ataúro

A ilha de Ataúro, localizada a cerca de 25 quilómetros a norte de Díli, é um dos principais pontos para o desenvolvimento do Turismo em Timor-Leste, acolhendo visitantes que procuram, sobretudo, o mergulho.

Esta ilha já dispõe de um plano de ordenamento do território e necessita de desenvolver o turismo e as infraestruturas de apoio a esta atividade, tais como: o abastecimento de água e saneamento básico, a rede energética e de telecomunicações, a recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos, as redes de acessibilidade a Ataúro e internas, nomeadamente a rodoviária, a marítima e a aérea.

Perspetiva-se a construção de pequenas marinas, de um teleférico e não se prevê a necessidade de grandes estradas. Há a possibilidade de instalação de energias renováveis, nomeadamente painéis solares fotovoltaicos, 6 a 10 MW, e poderá haver a necessidade de se recorrer à dessalinização para o abastecimento de água, processo que também requer energia.

2.3. O Projeto Tasi Mane

Segundo estudos da TIMOR GAP, E.P., empresa estatal timorense de petróleo e gás, os recursos petrolíferos avaliados e disponíveis revelam uma capacidade de produção de cerca de 12 a 17 mil milhões de Barris Equivalente de Petróleo (BOE). Esta empresa estima que os recursos disponíveis

possam atingir cerca de 6,3 mil milhões de BOE nos próximos 50 anos, e considerando uma média de 59 USD por barril, estima-se que o valor monetário seja no total de cerca de 372 mil milhões de USD. Assumindo o custo de 35 USD por barril, será necessário despende cerca de 220 mil milhões de USD em exploração, engenharia, serviços simples e complexos, fabricação (pequena, média e larga escala), instalações e construções e operações de manutenção.

O projeto Tasi Mane é um dos principais projetos do PED. Trata-se de um projeto plurianual que envolve a construção da base de apoio (Plataforma Logística do Suai), da refinaria de Betano (consiste num parque industrial com uma refinaria e indústria petroquímica, juntamente com uma cidade administrativa associada à indústria petrolífera), da central de liquefação (fábrica de GNL, assim como instalações marítimas destinadas a abastecer os navios-tanque de transporte de GNL e de GPL, conduzindo os produtos para o mercado internacional), do porto e aeroporto do Suai, do gasoduto até ao campo Greater Sunrise e da autoestrada Suai-Beaço.

O aeroporto do Suai, localizado no município de Covalima, que irá permitir a realização de operações seguras de aeronaves ligeiras e helicópteros de apoio às atividades petrolíferas, encontra-se já em estado avançado da sua construção.

A Plataforma Logística do Suai terá uma área aberta de cerca de 1 000 hectares onde serão necessários serviços relacionados com a indústria do petróleo e gás, tais como, perfuração, armazenamento de combustível, *catering*, gestão de resíduos, roscagem de tubos e reparação, armazenamento e armazéns, rede fixa, serviços relacionados com lama de perfuração, serviços sísmicos e de perfuração, navios de abastecimento, barcos rebocadores, reparação de compressores e bombas, fornecimento de peças sobresselentes, serviços de emergência e de resposta a derrames de petróleo, engenharia, construção civil, contabilidade, serviços jurídicos, etc..

Desenvolvimento de futuros projetos na Costa Sul:

- Plataforma Logística do Suai - Aguarda decisão do Governo para lançamento de novo concurso, bem como definição do modelo a seguir, se em regime de construção e financiamento, PPP, ou de financiamento do Governo. A data prevista para início de construção é 2017, e prevê-se que esteja operacional em 2020/2021.

- Refinaria de Betano - Construção e financiamento; operação e manutenção. A data prevista para início de construção é 2017 e prevê-se que esteja operacional em 2020/2021.

- 2ª, 3ª e 4ª fase do projeto de autoestrada (Suai – Beaço): Construção e financiamento. Está previsto que a construção se inicie a partir de 2018.

- Gasoduto e Central de Liquefação - Construção e financiamento; operação e manutenção. A data prevista para início de construção será provavelmente 2020 (aguarda negociações da fronteira marítima) e espera-se que esteja operacional em 2025.
- Infraestruturas de Suporte - Alojamento nos três centros (Suai, Betano e Beaço).
- Navios-tanque de GNL- Construção e financiamento; operação e manutenção.
- Outros serviços, engenharia e fabricação na Plataforma Logística do Suai

No projeto Tasi Mane existem boas oportunidades de negócio para as empresas portuguesas, tais como: engenharia, fabrico e fornecimento de materiais, construção civil (infraestruturas, edifícios e alojamento) e serviços simples e complexos (logísticos, *catering*, transportes, perfurações, geofísicos, contabilidade, serviços jurídicos, transporte por mar, navios, manutenção, armazenamento, gestão de resíduos, etc.).

Contudo, a concretização destas oportunidades está muito dependente das condições que serão negociadas, após denúncia do Tratado de 2006 entre o Governo de Timor-Leste e o Governo da Austrália sobre “Determinados Ajustes Marítimos no Mar de Timor” (em inglês, “CMATS”), que condicionarão o trabalho das empresas na execução de investimentos para a exploração de hidrocarbonetos no Mar de Timor.

2.4. Comércio

O porto de Díli é a principal infraestrutura de entrada de mercadorias em Timor-Leste, implicando o pagamento dos direitos aduaneiros de importação (2,5% do valor aduaneiro das mercadorias; [alguns produtos são isentos de imposto de importação](#)), imposto sobre vendas (2,5% do valor aduaneiro das mercadorias) e imposto seletivo de consumo (ver a [lista dos produtos que atraem impostos especiais de consumo e as respetivas taxas](#)).

Um aspeto interessante a referir é que Timor-Leste obteve em dezembro de 2016 o estatuto de membro observador da Organização Mundial do Comércio (OMC) e iniciaram-se as negociações com vista à sua adesão plena a esta organização.

O país importa grande parte do que consome, as importações de mercadorias em 2014 representaram cerca de 663 milhões de USD, segundo dados do ITC (*International Trade Centre*), pelo que há oportunidades de exportação nos mais variados setores e para os mais diversos produtos. Não

obstante, atendendo às características do mercado timorense, à estrutura das exportações portuguesas e à sua evolução recente, destacam-se as seguintes áreas:

- **Produtos alimentares e bebidas** – Entre 2012 e 2014 registou-se um aumento nas importações de produtos alimentares e bebidas, acompanhado pelo aumento da quota de géneros agroalimentares no total das importações. Em 2012, registaram-se 147 milhões de USD de importações, com uma quota de 21,1%, e, em 2014, o valor foi de 217 milhões de USD e a quota de 32,8%. Entre as principais categorias de produtos importados estão os cereais (sobretudo arroz) e o açúcar (juntos, respondem por quase 50% das importações). Para os produtos alimentares e bebidas, a informação utilizada vai apenas até 2014, por falta de dados referentes ao Vietname, no ano de 2015. Em 2014, o Vietname exportou cerca 43 milhões de USD em cereais e nos anteriores os valores foram igualmente significativos.

Para as empresas portuguesas interessadas em exportar ou reforçar a exportação de alimentos e bebidas para Timor-Leste, as oportunidades existem, nomeadamente, no fornecimento de carne de porco, peixe congelado, crustáceos e moluscos, enchidos, queijos, leite, cereais para pequeno-almoço, chocolates, açúcar de confeitaria, águas minerais e gaseificadas e sumos de frutas ou vegetais. De referir que o mercado dos vinhos continua em crescimento e representa uma oportunidade para os vinhos provenientes de Portugal (ver ponto seguinte).

Para informação mais detalhada sobre produtos alimentares e bebidas consultar o estudo “Timor-Leste: Alimentação e Bebidas – Breve Apontamento”, de agosto de 2016, disponível na livraria digital da AICEP.

- **Vinhos** – As importações de vinho aumentaram entre 2012 e 2014, fixando-se nos 1,46 milhões de USD (+4,3%). O país que lidera o fornecimento deste produto a Timor-Leste é Portugal, com um valor de 1,11 milhões de USD, em 2014 e uma quota de 75,74%, seguido da Austrália, com 14,32%. Este mercado continua a apresentar oportunidade para os vinhos provenientes de Portugal.
- **Vestuário** - Portugal é reconhecido internacionalmente como fabricante de vestuário de qualidade, revelando boas competências ao nível da produção e do *design*.

A importação de artigos de vestuário (novo) por Timor-Leste apresentou um crescimento entre 2013 e 2015, fixando-se nos 5,88 milhões de USD (+731,3%). Portugal situou-se na 5ª posição entre os principais países fornecedores de vestuário em 2015, no entanto, os valores são pouco significativos quando comparados com os valores, por exemplo, da China, Indonésia ou Singapura que apresentaram em 2015 quotas de 51,17%, 26,8% e 17,57% respetivamente. Portugal atingiu apenas uma quota de 0,97% em 2015.

As oportunidades estão em produtos de gama média/ baixa destinados a alguns importadores locais e a cadeias retalhistas. Contudo, existem residentes locais de nacionalidade timorense tanto como estrangeiros que apresentam um poder de compra superior à média e que procuram produtos de gama média/ alta.

Os produtos mais procurados no mercado de Timor-Leste são: fatos para homem, casacos e calças, camisas, t-shirts e camisolas interiores, vestidos e saias de senhora, fatos de saia-casaco, calças, blusas, pijamas e roupa interior para homem e mulher e artigos de vestuário em malha. Todos estes produtos revelaram crescimentos muito significativos entre 2013 e 2015.

É importante fazer referência ao facto da importação de vestuário em segunda mão e outros artigos usados ter diminuído cerca de 50% entre 2013 e 2015, fixando-se em 15,28 milhões de USD, o que reflete uma mudança de paradigma e um aumento na procura de vestuário, criando a necessidade de alargar a oferta.

Para as empresas portuguesas e marcas nacionais, em segmentos mais específicos ou de nicho, existem oportunidades de entrada no mercado.

- **Calçado** – O mercado de Timor-Leste revela um aumento relativamente às importações de calçado entre 2013 e 2015, situando-se em 5,10 milhões de USD (+173%). Portugal posiciona-se em 6º lugar nos fornecedores de calçado a Timor-Leste, contudo os valores são residuais. Em 2015, os principais países exportadores foram a China, Indonésia e Singapura com quotas de 50,65%, 25,65% e 20,01%, respetivamente. Portugal atingiu uma quota de mercado de 0,17%.

Tal como no vestuário, também no calçado, Portugal é reconhecido pela sua qualidade e *design* diferenciadores e com imagem positiva no que diz respeito à relação de qualidade/ preço.

Existem oportunidades em determinados segmentos, tais como o calçado de conforto da gama média/ baixa e também o calçado *fashion* de senhora e de homem, contudo, e como referido anteriormente, existem residentes locais, quer timorenses quer estrangeiros, que apresentam um poder de compra superior à média e que procuram produtos de gama média/ alta.

Os produtos mais procurados são: calçado com sola e/ou parte superior de borracha ou plástico, calçado com parte superior em pano ou tecido, sandálias ou chinelos e outros tipos de calçado adequados ao clima de Timor-Leste que podem ser encontrados em lojas locais ou cadeias retalhistas. Estes produtos apresentaram um crescimento entre 2013 e 2015, sendo que apenas o calçado com parte superior em couro sofreu um decréscimo nos anos anteriormente referidos.

Este setor apresenta oportunidades para desenvolver a possibilidade de introdução de marcas e produtos provenientes de Portugal que consigam responder a um mercado essencialmente focado na procura de produtos de baixo preço.

- **Fileira Casa** - A fileira casa é conhecida como um setor muito tradicional e familiar de reconhecimento internacional. A vasta experiência em termos de inovação, *design*, produção e controlo fazem dos produtos portugueses dos mais bens reputados da União Europeia.

A fileira casa pode ser dividida em 4 áreas, sendo elas:

Mobiliário - de escritório, doméstico, urbano e colchões.

Têxtil-lar - roupa de cama, banho e mesa, tapeçarias, cortinados e cortinas.

Utilidades - cerâmica (utilitária e decorativa), vidros e cristais, cutelaria e louça.

Iluminação - sistema de iluminação e candeeiros (interior e exterior).

Mobiliário:

Em Timor-Leste, os valores das importações de mobiliário revelaram um crescimento entre 2013 e 2015, fixando-se num montante de 4,11 milhões de USD.

Portugal ficou na 3ª posição entre os maiores exportadores de mobiliário para Timor-Leste. Os países que mais exportam para Timor-Leste este tipo de produtos são: a China, Indonésia, Portugal e Malásia, sendo as quotas, em 2015, de 43,95%, 25,65%, 20,88% e 4,77%, respetivamente.

Neste ponto, os produtos com mais procura são: camas, colchões, suportes para colchões, cadeiras e mesas de cozinha em alumínio e aço. Todos eles revelam um crescimento entre 2013 e 2015. É importante referir que outros produtos muito procurados são: mobiliário de escritório e mobiliário urbano.

Têxtil-lar:

Ao nível dos têxteis-lar, em Timor-Leste opta-se pela simplicidade e pelos produtos de necessidade básica, como lençóis, edredons, toalhas de mesa e outros produtos têxteis de cozinha, toalhas para casa de banho, cortinas e cortinados e tapeçaria de baixo preço. Todos os artigos referidos anteriormente revelam um crescimento entre 2013 e 2015.

Os produtos, como lençóis, toalhas de mesa, outros produtos têxteis de cozinha e toalhas de banho, apresentaram um valor de importações de 380 mil USD em 2015, proveniente essencialmente da China, cuja quota foi de 95,79% em 2015.

Os produtos, como cortinas e cortinados, apresentaram um valor de importações da ordem de 331 mil USD em 2015, maioritariamente proveniente de Portugal e China, com quotas de 56,50% e 17,22%, respetivamente.

Os edredons estão integrados na subcategoria dos colchões e apresentaram um valor de importações de 1,66 milhões de USD em 2015. Estes artigos são maioritariamente provenientes da Indonésia e da China, com quotas de 70,44% e 25,05%, respetivamente. Portugal atingiu apenas uma quota de mercado de 0,18% em 2015.

A tapeçaria apresentou um valor de importações de 294 mil USD em 2015, proveniente, sobretudo, da China e da Indonésia, com quotas de 64,29% e 35,71%, respetivamente.

Utilidades:

Em Timor-Leste, os produtos mais procurados são: artigos de cozinha em plástico, pratos e copos, *tupperwares* de plástico, artigos de casa de banho em plástico, artigos de mesa e cozinha em porcelana e cerâmica, estatuetas em cerâmica, artigos em vidro para cozinha, mesas, escritório e casa de banho.

Os artigos em plástico são maioritariamente provenientes de China, Indonésia, República da Coreia, Austrália, Singapura, Malásia e Portugal. No total, os produtos importados de plástico para cozinha e casa de banho registaram cerca de 3,27 milhões de USD em 2015.

Os artigos em vidro são provenientes essencialmente da Indonésia, China e Portugal e apresentaram um valor de importações de 409 mil USD em 2015.

Relativamente aos artigos de porcelana e cerâmica, sem incluir as estatuetas, o valor das importações, em 2015, foi de 385 mil USD. Os principais países fornecedores foram, China, Indonésia e Portugal. Em 2015, as quotas foram, 94,7%, 2,60% e 2,02% respetivamente.

Todos os produtos referidos anteriormente apresentaram um crescimento significativo entre 2013 e 2015.

Iluminação:

Relativamente a iluminação, interior e exterior, em Timor-Leste foram importados cerca de 911 mil USD em 2015, existindo um crescimento entre 2013 e 2015. Os principais países exportadores destes produtos são a China, Indonésia e Portugal, com quotas de, 45,44%, 32,16% e 7,35%, respetivamente.

- **Máquinas e equipamentos** – Em Timor-Leste, as importações de máquinas e equipamentos revelaram um ligeiro decréscimo entre 2013 e 2015 (uma variação percentual de -2,20%), fixando-se em 41,45 milhões de USD. Os principais países fornecedores de máquinas e equipamentos, em 2015, foram a Finlândia, China, Indonésia, Singapura, Austrália e Portugal, sendo as quotas de 37,8%, 29,7%, 15,9%, 8,6%, 3,4%, 1,7%, respetivamente. Interessa referir que a quota alcançada pela Finlândia em 2015 deveu-se, sobretudo, ao fornecimento de máquinas e equipamentos para a central elétrica de Oé-Cusse Ambeno, a China forneceu aparelhos telefónicos, lâmpadas, fios e cabos elétricos e grupos eletrogéneos e a Indonésia forneceu, principalmente, fios e cabos elétricos e televisores.
- **Indústria farmacêutica** – Em Timor-Leste, as importações de produtos farmacêuticos revelaram um decréscimo entre 2013 e 2015, fixando-se em 6,20 milhões de USD. Os principais países fornecedores de produtos farmacêuticos, em 2015, foram a Indonésia, Bélgica, Índia, China, Suíça, Países Baixos e Portugal, sendo as quotas de 35,66%, 33,56%, 17,01%, 4,03%, 2,46%, 2,02% e 1,42%, respetivamente.

Portugal é um fabricante de produtos farmacêuticos com elevado reconhecimento a nível de qualidade e segurança dos produtos.

O segmento dos genéricos, que Portugal tem vindo a desenvolver, apresenta sólidas capacidades que podem viabilizar o fornecimento de medicamentos a Timor-Leste com preços mais acessíveis à população.

Os produtos farmacêuticos mais importados e procurados por Timor-Leste são:

Grupo 1 (terapêutica):

Medicamentos para usos terapêuticos ou profiláticos, incluindo entre outros, contraceptivos, anti-infecciosos, insulinas, hormonas e análogos, alcaloides ou derivados.

Grupo 2 (materiais cirúrgicos e de suporte):

Laminarias esterilizadas; absorvíveis esterilizados para cirurgia ou odontologia; preparações farmacêuticas e materiais esterilizados semelhantes para suturas cirúrgicas, incluindo fios absorvíveis esterilizados para cirurgia ou odontologia e adesivos esterilizados para tecidos orgânicos, utilizados em cirurgia para fechar; barreiras antiaderentes esterilizadas para cirurgia ou odontologia, absorvíveis ou não; cimentos dentários e outros materiais de restauração, e cimentos para reconstrução óssea; preparações opacificantes para exames de raio-x; pastas, gazes, ligaduras e artigos análogos, impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas.

Grupo 3 (sangue e derivados):

Sangue humano; sangue animal preparado para utilização terapêutica, profilática ou de diagnóstico; antissoros e outros constituintes do sangue ou produtos imunológicos.

Grupo 4 (diversos):

Reagentes; caixas de primeiros socorros e *kits*; preparações sob a forma de gel para utilização em medicina humana e veterinária como lubrificantes; toxinas, culturas de microrganismos e produtos similares (exceto leveduras e vacinas).

- **Construção civil:**

O setor da construção civil representa uma panóplia de oportunidades. Desde as infraestruturas básicas, estradas, pontes, água e saneamento, a portos marítimos, indústria petroquímica, hotelaria e turismo, entre outros, todos oferecem amplas oportunidades de negócio para as empresas portuguesas.

Pré-fabricados:

Apresentam um crescimento de cerca 80%, entre 2013 e 2015, sendo o valor das importações de 6,52 milhões de USD em 2015. Os principais países exportadores destes produtos foram a China, Portugal e Singapura, com quotas de 77,74%, 18,93% e 2%, respetivamente.

Artigos/ materiais em alumínio para a construção civil:

Revelam um crescimento de cerca de 89%, entre 2013 e 2015, atingindo as importações um valor de 3,13 milhões de USD em 2015. Nesse ano, os principais países exportadores destes materiais foram a Indonésia, China, Portugal e Austrália, com quotas de, 56,54%, 31,39%, 6,72% e 4,92%, respetivamente. Os principais produtos importados são: cabos em alumínio, estruturas, chapas, placas e barras em alumínio.

Artigos/ materiais em plástico:

Revelam um crescimento, entre 2013 e 2015, sendo o valor das importações de cerca de 5,15 milhões de USD em 2015. Os principais exportadores destes produtos, em 2015, foram a China, a Indonésia e a República da Coreia, com quotas de 41,60%, 41,37% e 6,04%, respetivamente. Portugal atingiu apenas uma quota de 1,20% em 2015.

Os produtos mais procurados são: tubos e outros artigos em plástico e rolos de revestimento de paredes em plástico.

Artigos/ materiais em ferro e aço:

Entre 2013 e 2015, o valor total dos materiais em ferro e aço importados por Timor-Leste demonstrou um crescimento significativo e atingiu cerca de 42,64 milhões de USD em 2015. Seguidamente é feita a desagregação entre materiais de ferro e aço e artigos em ferro e aço:

- Os materiais de ferro e aço importados registaram um valor de cerca de 18,46 milhões de USD em 2015. Os principais exportadores foram a China, Indonésia e Singapura, com quotas de 71,58%, 24,18% e 2,34%, respetivamente. Portugal não atingiu valores relevantes (0,005%). Os materiais mais procurados são, barras, fios e perfis de ferro ou aço.
- Os artigos em ferro e aço importados atingiram cerca de 24,18 milhões de USD em 2015. Os principais países exportadores deste tipo de produtos, em 2015, foram a Indonésia, China, República da Coreia e Austrália, com quotas de 46,94%, 36,34%, 4,81% e 4,10%, respetivamente. Portugal alcançou uma quota de 0,55%.

Os produtos mais procurados são: estruturas para telhados e portas, chapas em aço, tubos de ferro fundido, grelhas e redes em fios de ferro, pregos, grampos, recipientes para gás de petróleo liquefeito (GPL), parafusos, cavilhas, materiais em aço inoxidável e materiais para sanitários.

Artigos/ materiais em pedra, gesso e cimento:

Estes materiais sofreram um decréscimo, entre 2013 e 2015, fixando o valor das importações em 1,15 milhões de USD, em 2015. Nesse ano, os principais países exportadores foram a China, Indonésia e Portugal, com quotas de 57,85%, 32,98% e 5,41%, respetivamente.

Os artigos com mais procura são artigos em gesso, esculturas em pedra, pedra para construção, artigos em cimento e betão armado e outras substâncias minerais.

Artigos/ materiais em cerâmica:

Os materiais em cerâmica registaram um crescimento, entre 2013 e 2015, com um valor de importações de cerca de 4,44 milhões de USD, em 2015. Os principais exportadores destes produtos, em 2015, foram a China, Indonésia e Singapura, com quotas de 59,48%, 37,53% e 10,06%, respetivamente. Portugal atingiu uma quota de, apenas, 0,63% em 2015.

Os artigos mais procurados são: tijolos para construção, ladrilhos, azulejos, mosaicos vidrados e não vidrados, artigos de cerâmica para cozinha, colunas para lavatórios, banheiras, bidés e sanitários.

Artigos/ materiais em madeira:

Entre 2013 e 2015, registou-se um crescimento na importação destes produtos. O valor das importações atingiu cerca de 2,98 milhões de USD, em 2015. Nesse ano, os principais países

exportadores para Timor-Leste foram a China, Indonésia e Portugal, com quotas de 76%, 20,23% e 1,24%, respetivamente.

Os produtos mais procurados são madeira contraplacada, folheada ou compensada para chão e portas, obras de marcenaria e carpintaria.

2.5. Investimento de Portugal em Timor-Leste

Em Timor-Leste, o investimento português é visível nos mais variados setores, tais como: na banca, na construção civil, na hotelaria e turismo, na restauração, em estabelecimentos de comercialização de produtos portugueses, na consultoria, na presença de representações de diversos escritórios de advogados, nas áreas da engenharia e arquitetura, na água e ambiente, na saúde, nas TICs, na contabilidade, no setor livreiro, na educação, entre outros.

Com base num inquérito realizado em 2016 a empresários portugueses presentes em Timor-Leste, estes apontam como principais razões para continuarem a apostar neste país a perspetiva de desenvolvimento de negócios noutras áreas, o aumento crescente do volume de negócios, a possibilidade lhes trazer novos mercados (lojas ou operações próprias, parcerias ou em *franchising*) e ainda o facto das taxas aduaneiras e outros impostos serem mais baixos.

Por outro lado, como a agricultura, as pescas, o turismo e a indústria transformadora, e mais recentemente também a indústria mineira, são considerados os pilares nos quais Timor-Leste quer apostar para a sua necessária diversificação económica, estes setores poderão apresentar boas oportunidades para as empresas portuguesas.

O Setor da Agricultura

Timor-Leste pretende promover o cultivo de produtos onde o país tem potencial de vantagem comparativa, como sejam os produtos orgânicos, café, coco, cacau, caju, especiarias (pimenta-preta, canela, baunilha, cravo-da-Índia, etc.), produtos florestais de alto valor, entre outros produtos de nicho. O país também necessita de expandir a produção de hortícolas e de fruta, mesmo para suprir as necessidades do mercado interno. De referir, que a costa sul tem duas estações de chuvas, podendo proporcionar duas colheitas por ano.

O Governo também pretende dinamizar a criação de polos de atividades agroindustriais em torno de produtos específicos, para promover atividades da indústria transformadora no setor, promover a investigação e zelar pelo cultivo de produtos agrícolas específicos de alto valor acrescentado a produzir no país, sobretudo na vertente orgânica, promover indústrias locais para processamento de resíduos de plantas, especialmente do café, em estrume orgânico e alimento para animais e dos resíduos de

plantações de coco em materiais e bens domésticos e promover a reflorestação com árvores endémicas de alto valor (sândalo, teca, pau-rosa, etc.).

Contudo, o país apresenta desafios específicos devido ao terreno ser montanhoso, ao clima e solos não serem tão férteis como os de alguns países vizinhos, a irrigação ainda ser insuficiente, a necessidade de formação dos recursos humanos, as infraestruturas rodoviárias estarem em mau estado, o que dificulta o transporte dos produtos, entre outros.

O Setor das Pescas

Timor-Leste dispõe de cerca de 735 km de costa e o mar é bastante rico em recursos marinhos. No mar que banha o país podem ser pescadas diversas espécies como, por exemplo, trevally gigante, atum de barbatana amarela, polvo, cavala, aguilhão vela e peixe-espada. Nas águas próximas da costa também podem desenvolver-se atividades de aquacultura, tais como criação de várias espécies de peixes, camarão, caranguejos, pérolas, ostras, extração de algas, etc.. Dos 13 municípios de Timor-Leste, somente dois não possuem acesso à costa, nomeadamente os municípios de Aileu e Ermera. Existe também potencial para pesca de água doce, nas áreas mais montanhosas, incluindo os municípios de Aileu, Manufahi, Ermera, Liquiçá, Ainaro e Viqueque.

Contudo, a contribuição do setor das pescas para a economia do país é ainda muito reduzida, dado que a maior parte da pesca é realizada de forma artesanal, através de pequenas embarcações junto à costa. É por esta razão que o Governo quer atrair investidores para poder desenvolver o setor e, já em 2016, começou a atribuir licenças de pesca.

O Governo pretende promover ativamente o desenvolvimento da aquacultura e dinamizar a criação de polos de processamento de atividades pesqueiras e da aquacultura para incentivar as atividades da indústria transformadora no setor.

Turismo

O setor do turismo, ainda pouco desenvolvido, apresenta boas oportunidades, devido à beleza natural do país (de praias tropicais, com águas límpidas e ricas em vida marinha, a zonas de montanha com climas temperados), ao estado de conservação da natureza e à localização de Timor-Leste na região da Ásia-Pacífico, região essa com fortes economias desenvolvidas e economias dinâmicas emergentes que podem constituir claros mercados emissores para o setor do turismo em Timor-Leste, a que acresce uma cultura singular, o legado português e a sua história de resistência.

Contudo, o setor do turismo em Timor-Leste está ainda numa fase inicial do seu desenvolvimento, com um número ainda limitado, mas crescente, de turistas internacionais. Os principais obstáculos ao desenvolvimento deste setor devem-se à falta de infraestruturas turísticas, rede rodoviária deficiente,

fracas opções de alojamento em todo o país (com exceção de Díli onde a oferta hoteleira tem melhorado bastante, devido ao investimento privado), ligações aéreas relativamente caras, condições deficientes no principal aeroporto em Díli, falta de aeroportos operacionais noutras locais chave do país, falta de portos para receber adequadamente o turismo de cruzeiro, condições higiénicas e sanitárias deficientes nas zonas urbanas, de que Díli constitui o exemplo mais óbvio, dado que a capital é hoje a principal porta de entrada de turistas em Timor-Leste.

Indústria Transformadora

A indústria é um setor ainda muito pouco desenvolvido em Timor-Leste, apesar de existirem boas oportunidades por explorar.

Até há pouco tempo, a indústria resumia-se praticamente a atividades complementares na construção civil, processamento parcial do café e engarrafamento de água. Várias são as causas que contribuem para esta situação, sendo de destacar a falta de infraestruturas estratégicas; a escassez de energia elétrica até há bem pouco tempo; a pouca articulação da atividade industrial em terra com o setor petrolífero no Mar de Timor; a falta de articulação com as atividades do setor primário, como sejam a agricultura, pecuária, florestas e pescas; a escassez de matéria-prima local; demasiada dependência na importação de produtos de mercados próximos (normalmente produtos de baixa qualidade e baixo preço); problemas de acesso a terras e propriedades; limitada capacidade do setor privado timorense; falta de zonas ou áreas designadas para albergar atividades transformadoras; elevados custos de contexto, como sejam energia, transportes, logística, excesso de burocracia que encarece o negócio, entre outros.

Atualmente tem estado a ser construída uma fábrica da Heineken Ásia e Pacífico perto de Díli, que irá produzir bebidas (cerveja, refrigerantes e água) e perspectiva-se a construção de uma fábrica de cimento em Bacau (que deverá ter participação do Governo de Timor-Leste).

Existem oportunidades no desenvolvimento de indústrias locais, como fábricas de tijolos, telhas, tintas, aparelhos elétricos, máquinas para construção civil, atividades de confeção, sobretudo na produção de uniformes, transformação de peixe, agroindústria, aviários, indústria mineira, etc..

Dada a pequena dimensão do mercado interno de Timor-Leste, os empresários também deverão considerar a possibilidade de exportarem e/ou fazerem os seus negócios a partir deste país, localizado no Sudeste Asiático e que futuramente prevê ser pleno membro da ASEAN, o que trará grandes benefícios em termos de acesso a um mercado com mais de 600 milhões de consumidores. Para além disso, Timor-Leste está próximo de dois mercados com alto poder de compra, a Austrália e a Nova

Zelândia. Acresce ainda o facto de Timor-Leste, em relação às suas exportações, beneficiar de um acesso vantajoso a um vasto mercado:

- União Europeia (isenção de direitos e de quotas para todos os produtos, exceto armas e munições);
- Estados Unidos da América (acesso ao mercado isento de direitos e de quotas para 90% dos produtos, excluindo setores como aço, vidro, eletrónica, alguns tipos de calçado e têxteis, certos produtos agrícolas e tabaco);
- Austrália (acesso ao mercado isento de direitos e de quotas para todos os produtos);
- Canadá (acesso ao mercado isento de direitos e de quotas para 98,9% dos produtos, excluindo ovos, frangos e lacticínios);
- Índia (acesso ao mercado isento de direitos a 85% das rubricas pautais e mais 9% com margem de preferência variando de 10% a 100%);
- Japão (acesso ao mercado isento de direitos e de quotas para 98% dos produtos, excluindo setores sensíveis, como a agricultura, pescas, arroz, açúcar e derivados de trigo);
- Noruega (acesso ao mercado isento de direitos e de quotas para todos os produtos);
- Nova Zelândia (acesso ao mercado isento de direitos e de quotas para todos os produtos que não apareçam na lista de exclusões, nomeadamente eletrónica, calçado e peças e acessórios de certos veículos motorizados);
- Chile (acesso ao mercado isento de direitos);
- Brasil (acesso ao mercado isento de direitos para 80% dos produtos, progressivamente estendidos a 100%);
- China (acesso ao mercado isento de direitos para 60% dos produtos, progressivamente estendidos a 100%);
- Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão (acesso ao mercado isento de direitos);
- Suíça (acesso ao mercado isento de direitos e de quotas para todos os produtos);
- Turquia (acesso ao mercado isento de direitos e de quotas para todos os produtos, exceto para produtos agrícolas, mas inclui produtos agrícolas processados);
- República da Coreia (isento de quotas para 80% dos produtos).

Este aspeto poderá ser muito interessante para as empresas portuguesas que queiram instalar indústrias em Timor-Leste e beneficiar deste acesso vantajoso para a exportação dos seus produtos.

Indústria Mineira

Timor-Leste pretende desenvolver a indústria mineira no seu país, e por isso em 2016 procedeu à aprovação da proposta de Lei do Código Mineiro que, como anteriormente mencionado, estabelece o regime jurídico do licenciamento das atividades mineiras no país e abre o setor ao investimento privado, incluindo estrangeiro. Exemplo do que se acaba de referir é a fábrica de cimento que a empresa australiana TL Cement perspetiva construir em Baucau. Nos últimos anos, o Estado timorense

tem realizado um levantamento mais detalhado sobre os seus recursos minerais, dispondo, entre outros, de mármore, manganês e ouro.

2.6. Turismo

As oportunidades de atração de turistas timorenses para Portugal afiguram-se escassas, dado o diminuto poder de compra da população, em geral, e a pequena dimensão do mercado timorense, e ainda devido à oferta existente nos países vizinhos, como a Indonésia (por exemplo, Bali), visitados por timorenses que já têm algum poder económico. Existe um nicho que eventualmente pode ser explorado, o turismo religioso, ligado ao Santuário de Fátima (há uma devoção muito grande relativa à Nossa Senhora de Fátima), que poderá ser complementado com visita a Lisboa, Sintra, Cascais ou outras geografias do país.

2.7. Defesa

Na área de Defesa, Timor-Leste tem várias necessidades que poderão revelar boas oportunidades para as empresas portuguesas:

- **Necessidade de navios com condições para "operação contínua e prolongada" na Costa Sul** - Timor-Leste necessita de operar na Costa Sul, não só para fazer face às ameaças características do espaço marítimo (tráfico de estupefacientes, pesca ilegal, tráfico de pessoas, crime organizado, contrabando, etc.) mas, e também, para exercer a sua Autoridade de Estado no seu espaço soberano.
- **Meios de Busca e Salvamento, Prevenção, Controlo e Combate à Poluição, Controlo de Tráfego Marítimo, etc.** - Timor-Leste está a edificar a estrutura da sua Autoridade Marítima, cujo sistema incluirá estas capacidades e responsabilidades. As Forças Armadas portuguesas dão assessoria ao Estado de Timor para a criação e implementação deste Sistema de Autoridade Marítima, uma estrutura interministerial, que exige meios físicos e humanos, cuja aquisição e capacitação poderá constituir uma oportunidade de negócio para Portugal.
- Necessidade de um **Estaleiro Naval** para reparação e manutenção dos navios da Componente Naval e que também possa servir fins civis.
- **Meios de Comando, Controlo e Comunicações** – não está instalada nenhuma capacidade de comunicações, comando, controlo e comunicações (C3), no âmbito da defesa e segurança. A EiD já apresentou uma proposta, sem que houvesse decisão por parte do Governo de Timor-Leste.
- **Fardamento** - tem havido algum descontentamento com o fardamento, incluindo os “fatos de embarque”, que tem sido adquirido pelas F-FDTL (Forças de Defesa de Timor-Leste) e há um forte descontentamento com as botas distribuídas por serem de má qualidade (descolam e estragam-se facilmente).

- **Equipamento Individual de Combate** – em deslocações oficiais das chefias das F-FDTL a Portugal, tem ocorrido a aquisição de diverso equipamento desta natureza, que é uma lacuna existente nos militares timorenses.
- **Infraestruturas de apoio** - cozinhas e banhos/instalações sanitárias de campanha, tendas, geradores, motosserras, etc..
- **Edificação da Componente Aérea das F-FDTL** – A criação da nova Componente Aérea das F-FDTL agregará um elevado número de atividades no âmbito das operações (novas plataformas incluindo aeronaves não tripuladas), logística (materiais, componentes, etc.), manutenção dos sistemas de armas, formação dos novos quadros, entre muitas outras.

Em relação a algumas oportunidades de negócio aqui identificadas chama-se à atenção que as quantidades que eventualmente venham a ser adquiridas, face à atual pequena dimensão das Forças de Defesa, podem não constituir uma oportunidade de negócio, a curto prazo. Atualmente, as F-FDTL têm um efetivo de cerca de 2 200 pessoas e a meta estabelecida para 2020 era de 3 600, valor este que muito dificilmente será alcançado.

2.8. Formação e Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano

Dada a falta de recursos humanos qualificados, existem oportunidades nas áreas da educação, formação profissional, no desenvolvimento das estruturas e organismos públicos, na área da saúde, infraestruturas, turismo, agricultura e pescas, ambiente, forças de segurança, defesa, justiça, segurança social e finanças, entre outras.

Criado em 2011, o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH) tem como principal finalidade financiar formações plurianuais e programas e projetos de desenvolvimento de recursos humanos. Pretende-se desenvolver recursos humanos para apoiar o desenvolvimento nacional em várias áreas, melhorar o planeamento, gestão e execução dos programas, e simultaneamente garantir uma maior transparência nos gastos do setor público e outros custos associados com a formação e os programas de desenvolvimento de recursos humanos.

O orçamento total alocado para o FDCH em 2017 é de 27,2 milhões de USD. O montante atribuído também é alocado para financiar formações de 37 instituições governamentais. A maioria do orçamento é distribuída para o programa de Bolsas de Estudo, no valor de 16,8 milhões de USD, o Programa de Formação Profissional recebe cerca de 5 milhões de USD e os outros tipos de Formação e Formações Técnicas recebem, respetivamente, os montantes de 2,95 milhões de USD e 2,43 milhões de USD. Poderão existir aqui boas oportunidades para empresas e instituições portuguesas.

2.9. Saúde

Timor-Leste dispõe de cuidados limitados de saúde que se fazem sentir ao nível da falta de especialistas, meios de diagnóstico e de análises clínicas, ao nível das suas infraestruturas, entre outros.

Existem oportunidades de negócio para empresas portuguesas que possam colmatar estas necessidades.

Por outro lado, o Governo de Timor-Leste tem estado a avaliar a possibilidade da implementação do modelo de PPP para este setor, o que também poderá constituir uma boa oportunidade de negócio.

2.10. Habitação

Outro setor de oportunidade prende-se com a construção de habitação e de habitação social. Em Díli, de acordo com os padrões portugueses, a habitação é cara pela maior procura face à oferta. Por outro lado, o Governo timorense está a promover projetos de construção de habitação social.

A ausência de títulos de propriedade (Lei das terras) pode ser elemento determinante em relação à expansão deste setor.

3. Dificuldades

3.1. Infraestruturas

Nas áreas de desenvolvimento de projeto, como arquitetura, engenharia e *design*, a falta de mão de obra qualificada local é notória, tanto nas áreas técnicas como nas administrativas de apoio. Por outro lado, encontra-se neste mercado uma forte concorrência por parte de empresas asiáticas (ex.: indonésias, filipinas e chinesas), que supostamente oferecem o mesmo produto/serviço por um preço mais baixo, em termos de valor homem/hora, mas com qualidade inferior e partindo de pressupostos diferentes. Por exemplo, num projeto de arquitetura, para estas empresas o projeto de detalhe e de execução não tem que ter necessariamente todos os acabamentos, o que em Portugal não se verifica. Outra das principais dificuldades que as empresas de projeto enfrentam é a ausência total de regulamentação e definição de normas e *standards*.

A língua é um fator de dificuldade, primeiro porque os contratos e projetos têm que ser desenvolvidos

em inglês, sendo que a maior parte dos interlocutores não dominam nem o inglês nem o português, e o português não é a língua de trabalho nesta área.

Os contratos da Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA), entidade timorense que lança a maioria dos concursos públicos, devem ser revistos por um jurista, com apoio técnico na área, e adaptados à realidade do projeto a realizar, porque muitas vezes o contrato apresentado é uma cópia de contratos realizados no âmbito de outros projetos, sendo demasiado generalista e por vezes não adequado.

A documentação do concurso pode não refletir a realidade dos trabalhos a executar. Por exemplo, uma construtora poderá orçamentar a construção de um traçado de estrada com base na documentação fornecida apenas no âmbito do concurso e no terreno deparar-se com uma realidade completamente diferente (cursos de água que não estão assinalados, o traçado de projeto não é possível ser implementado, por exemplo, porque o terreno é mais sinuoso).

Na construção civil, por exemplo de estradas, a maioria das empresas asiáticas supostamente oferecem o mesmo produto/serviço por um preço mais baixo, mas em geral com qualidade inferior e partindo de pressupostos diferentes, quer em termos de mão de obra, condições de trabalho e materiais. Sendo que estas empresas já adaptaram o seu valor de mercado, estando muitas vezes os valores das propostas equiparados ou ligeiramente mais elevados, por comparação com as europeias, porque já se salvaguardam com um montante para a gestão dos constrangimentos que encontram no terreno, tal como o exemplo mencionado no parágrafo anterior, e outros, como atrasos de pagamento, que levam a que as construtoras tenham que continuar a trabalhar apesar dos atrasos. A situação anterior também permite que acomodem a execução de trabalhos adicionais, sem que estes sejam corretamente contratualizados, deixando à mercê as empresas da decisão das autoridades timorenses no seu pagamento, mesmo que os mesmos tenham sido devidamente orçamentados e que lhes tenha sido dada ordem para executar esses trabalhos adicionais.

Em complemento ao parágrafo anterior, há a referir que os asiáticos têm uma estrutura muito mais próxima, capacidade logística e financeira que as empresas portuguesas geralmente não têm. Os asiáticos financiam-se muitas vezes através de organizações estatais com taxas de juro negativas.

Todos os projetos do Fundo de Infraestruturas passam pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) e pelo Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE). Sob a alçada do MPIE existe a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) e o Secretariado dos Grandes Projetos (MPS). Os grandes projetos passam obrigatoriamente pela ADN e MPS. A ADN faz o acompanhamento e aprovação e a primeira fase do processamento dos pagamentos, mais precisamente a ADN faz a apreciação do ponto de vista técnico dos projetos e obras do Fundo de

Infraestruturas e valida o processo de pagamento antes de este passar ao departamento seguinte, que poderá ser o MPS ou o Ministério das Finanças (MF). No caso dos grandes projetos o processo dos pagamentos segue sempre para o MPS, que tem que validar, incluído os montantes, taxas, retenções e garantias previstas contratualmente, para que posteriormente o pagamento seja processado pelo MF. Cabe ao MOPTC fazer o licenciamento dos projetos de arquitetura e de engenharia na fase final antes do concurso público para a obra e muitas vezes participam nas comissões de aconselhamento técnico às diversas entidades durante o desenvolvimento do projeto. Antes de se iniciar a obra as licenças de construção são emitidas por este Ministério. Estas estruturas institucionais estão em desenvolvimento e consolidação e os procedimentos estão em constante mutação e alteração, acrescentando mais dificuldades no processamento das autorizações nas diferentes fases do projeto e obra.

O Estado de Timor-Leste tem liquidez, não tem dívida pública de registo, mas acentuam-se as dificuldades na operacionalização dos processos internos. Os sinais mais evidentes desta situação revelam-se através de um alargamento bastante significativo nos prazos de pagamento a fornecedores, nas sucessivas alterações a projetos adjudicados e, em alguns casos, essas alterações a ocorrerem durante a fase de execução dos projetos.

Também há a registar a dificuldade que o Estado timorense tem na execução do orçamento de estado, sobretudo devido à dificuldade em executar os procedimentos. O que quer dizer que mesmo tendo o contrato assinado e que haja cabimentação orçamental, pode levar algum tempo até que o projeto ou obra possam realmente começar.

Neste momento o Governo está a rever a Lei do Aprovisionamento para impor mais rigor e desburocratizar o processo de contratação pública.

As empresas portuguesas têm tido dificuldades na obtenção de garantias bancárias exigidas pelas autoridades timorenses na celebração de contratos, e por vezes o critério exigido é que sejam emitidas por Bancos com rating Triplo A (AAA). Dado que em Timor-Leste não é possível registar garantias (quer reais quer sobre bens móveis), por não haver ainda registo de propriedade, a cobertura de risco (colateral) fica comprometida, fazendo com que ocorram maiores dificuldades na obtenção quer das referidas garantias bancárias, quer de outros financiamentos necessários para suporte à atividade. Ainda que ocorram financiamentos ou emissão de garantias bancárias, o “pricing” aplicado na generalidade é bastante superior à média a que estamos habituados no contexto europeu.

As empresas portuguesas de construção presentes em Timor-Leste, preferencialmente importam de Portugal, porque, por vezes, existe dificuldade em encontrar fornecedores fidedignos na região e no nosso país os fornecedores poderão dar mais facilidade no pagamento.

A realização de parcerias locais e regionais é altamente recomendável. Quando os concursos saírem

as empresas já têm que estar preparadas. Além do mais, o conhecimento da realidade do mercado, dos fornecedores, a rede de contactos e conhecimento da cultura de negócios, que o(s) parceiro(s) podem proporcionar representam uma mais valia. Mais ainda, no contexto atual, e atendendo a que o tecido empresarial timorense é diminuto, não é de excluir a possibilidade de fazer parcerias com empresas indonésias, singapurenses e malaias, para entrar no mercado ou expandir os negócios em Timor-Leste, com a vantagem acrescida das empresas poderem encontrar novas oportunidades de negócio na região.

Quem vem para Timor-Leste, dada a distância, desafios e dificuldades deverá ter capacidade financeira para superar adequadamente os constrangimentos que se colocam, muito diferentes de um investimento em outras geografias mais próximas de Portugal.

O ciclo económico dos pagamentos do Estado tende a centrar-se entre os meses de março e novembro, obrigando a que, também por este motivo, as empresas tenham que se acautelar com programas de apoio à sua tesouraria. Para tal, recomenda-se que considerem nos seus planos de tesouraria e rentabilidade os custos financeiros inerentes quer a potenciais atrasos de pagamentos quer a intermitências dos mesmos fora do ciclo normal de pagamentos do Estado (entre novembro e março ocorre a aprovação, promulgação do orçamento e inicia-se a sua operacionalização).

Há que contar com vários custos, tais como a habitação (que em Díli, face ao facto da procura ser superior à oferta em termos dos *standards* aos quais os portugueses estão habituados, o valor é elevado), as rendas de espaço para escritório e comércio são elevadas, os serviços associados de telecomunicações, eletricidade, e apoio nos registos, contabilidade e jurídicos também são elevados, ao que acrescem os custos de seguros de saúde (com evacuação médica), de viaturas e de bens e o custo de vida elevado.

3.2. Comércio

O reduzido poder de compra da população timorense representa um desafio que pode condicionar a venda ou preferência na compra de alguns produtos portugueses, dada a opção por bens de preço mais baixo e de qualidade inferior. Efetivamente, os preços competitivos que o mercado oferece bem como a concorrência dos mais variados produtos e marcas provenientes dos países vizinhos representam um desafio para a oferta portuguesa. Por outro lado, em setores como os materiais de construção, calçado, vestuário, fileira casa, mobiliário, entre outros, a presença de empresas portuguesas ou de marcas portuguesas é quase inexistente. Há a registar a presença no setor livreiro, existe uma farmácia portuguesa e em breve abrirá uma loja com artigos da Vista Alegre. Mesmo assim, o setor do comércio revela margem e oportunidade para que os produtos portugueses possam alcançar quotas de mercado superiores às atuais.

3.3. Investimento de Portugal em Timor-Leste

Com base num inquérito realizado em 2016, as empresas portuguesas presentes em Timor-Leste apontam a falta de mão de obra qualificada, à qual acresce a dificuldade em falar português, bem como a distância geográfica de Portugal a Timor-Leste e a burocracia como os principais obstáculos ao desenvolvimento dos seus negócios no mercado.

Logo a seguir a estes fatores, e com peso relevante, destacam-se a escassez de materiais, as infraestruturas inadequadas, o transporte de produtos demasiado dispendioso, o baixo poder de compra dos clientes/ consumidores e o custo do crédito local.

Há ainda a considerar o facto de não haver a possibilidade de aquisição de propriedade por parte de estrangeiros, o elevado custo das matérias-primas e o baixo preço dos produtos/ serviços asiáticos, como obstáculos ao desenvolvimento dos negócios das empresas portuguesas.

Em termos de ambiente de negócios, o tempo de importação é o principal problema apontado pelos empresários, seguido do problema de obtenção de crédito. O custo de importação e a ausência de registo de propriedade são outros dos principais problemas referidos.

O investimento em Timor-Leste leva o seu tempo e os seus trâmites acontecem devagar. O que estamos habituados a obter num curto espaço de tempo, em Timor-Leste pode levar muito tempo, por exemplo, registo de sociedades, obtenção de vistos de trabalho, de licenças comerciais, de certificados de investimento, resposta a solicitações feitas aos serviços, etc..

Em muitos casos, fará sentido uma abordagem em parceria com empresas locais, timorenses, portuguesas, ou da região, bem instaladas e estruturadas, conhecedoras da realidade do mercado, dos fornecedores, com influente rede de contactos e conhecimento da cultura de negócios. Mais ainda, como foi mencionado anteriormente, não é de excluir a possibilidade de fazer parcerias com empresas indonésias, singapurenses e malaias, para entrar no mercado ou expandir os negócios em Timor-Leste, com a vantagem acrescida das empresas poderem encontrar novas oportunidades de negócio na região.

3.4. Defesa

As principais dificuldades de acesso ao mercado das empresas portuguesas na área da Defesa são as seguintes:

- Limitações orçamentais por parte do Ministério da Defesa de Timor-Leste.
- Perceção de que os produtos/serviços portugueses ligados à Defesa poderão ser mais caros que os apresentados pela China, Indonésia, Malásia e outros países asiáticos.
- Falta de conhecimento do potencial da oferta portuguesa.
- Decisões que podem ter como base acordos estabelecidos com outros países.
- Não se vislumbram oportunidades de negócio em termos de armamento e munições para as forças de defesa e segurança de Timor-Leste, uma vez que alguns países da região, designadamente a Indonésia, China e Malásia, têm-se constituído como fornecedores exclusivos destes artigos.

4. Cultura de Negócios

O conhecimento da cultura de negócios, atitudes e formas de estar é uma boa maneira de estabelecer boas relações interpessoais, que facilitam o processo de negociação e que podem, muito bem, ditar a concretização ou não do mesmo.

O tétum e o português são as línguas oficiais de Timor-Leste. No entanto, conhecer os idiomas locais pode ajudar tanto nos negócios como no contexto social.

Em geral, os timorenses vestem-se de forma mais informal, até porque o clima é quente. Roupa informal, como uma camisa com colarinho e calças, é apropriado para reuniões com empresas. Um fato mais formal é sugerido para reuniões com um empresário mais sénior ou membros do Governo. Em geral, a gravata não é muito utilizada, mas neste último tipo de reuniões deverá levá-la e, se o seu anfitrião estiver sem gravata, poderá pedir licença para retirar a sua.

Recomenda-se ao empresário que quando se desloque ao mercado que já traga propostas para apresentar e no momento do pedido de reunião deverá enviar uma apresentação da empresa e dos seus produtos e/ou serviços em português, se souber que o interlocutor fala português, ou em tétum ou inglês.

A marcação prévia de reuniões antes da deslocação ao mercado é imperativa. A marcação deverá ser feita com duas ou três semanas de antecedência. Sugere-se a confirmação da reunião antes de viajar e um dia antes da data marcada e deverá estar preparado para que esta possa ser remarcada, devido a uma alteração de última hora.

Apesar de por vezes poder encontrar situações em que não se verifique muita pontualidade, quando tiver reuniões com empresas, membros do Governo e nos respetivos Ministérios, deverá estar presente à hora marcada. Se, por qualquer razão, tiver que chegar atrasado, deverá telefonar a avisar sobre o seu atraso.

Por vezes pode ser difícil conseguir uma reunião com determinada pessoa, mas uma vez que a reunião se realize pode ser-lhe dado mais tempo do que a pessoa inicialmente transmitiu que concederia.

Numa reunião, o empresário português deve fazer a apresentação da sua empresa e dos produtos e/ou serviços de uma forma clara e resumida, dado que o interlocutor timorense poderá não dominar bem o português.

Normalmente, a perceção que o empresário timorense tem sobre os produtos e serviços portugueses é de que estes têm qualidade, mas que apresentam um preço elevado, fruto de concorrência chinesa e indonésia existente no mercado com preços bastante reduzidos. Assim, há que explicar ao interlocutor timorense que o preço do produto e/ou serviço é adequado e ajustado ao mercado face à sua qualidade.

Após a apresentação da empresa e dos produtos e/ou serviços, o empresário português deverá perguntar em que é que poderá ser útil e colocar-se à disposição. Este tipo de atitude cai bem ao interlocutor timorense.

O saber ouvir o seu interlocutor e perceber bem quais são as suas necessidades, também é muito importante.

O estabelecimento de boas relações pessoais, baseadas na confiança e benefício mútuo, é um fator que aumenta a probabilidade de concretização de negócios. Claro que a construção de uma relação demora o seu tempo.

Nunca espere ouvir um não vindo diretamente de um timorense. Por norma, os timorenses não são diretos, nem gostam de conflitos.

Outro aspeto que facilita a concretização de negócios é a realização de parcerias com empresas timorenses, sobretudo em relação aos concursos públicos. Atendendo ao facto do tecido empresarial timorense ser ainda algo incipiente, as autoridades locais apreciam ver nos seus concursos públicos consórcios entre empresas timorenses e estrangeiras, como forma de desenvolver o seu tecido empresarial e assim contribuir para a diversificação da economia, que ainda se encontra muito baseada no petróleo e gás.

Devem evitar-se certos gestos de efusividade latina, como os abraços após a conclusão de um negócio, nem sempre bem entendidos num país cuja matriz comportamental é asiática. Salvo, claro, se a efusividade partir do interlocutor timorense.